



10  
028

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Regimental nº 0196534-4/01**

**Agravante:** Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco.

**Agravado:** João Paiva de Souza

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE NULIDADE DE AUTO DE INFRAÇÃO. NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO EFETIVADA. NÃO VIOLAÇÃO AOS COMANDOS DA CR/1988 E DO CNT. ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. CASO EM QUE DEVE SER A MULTA APLICADA E OS PONTOS ANOTADOS NA CNH DO CONDUTOR, E NÃO NA DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Inexistência de ilegalidade na autuação. Não se consagra sobre ela a alegada impossibilidade jurídica do pedido.

2 - A autuação promovida respeitou os princípios insculpidos na CR/1988 e no CNT, restando formalmente evidente, não merecendo ser anulada, a multa imposta, cabendo portanto a anotação dos pontos na CNH do condutor em decorrência de seus termos, por constar as provas pré-constituídas nos autos.

3 - Agravo regimental improvido.

4 - Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0196534-4/01, em que figuram como agravante o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER e como agravado João Paiva de Souza.

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da egrégia 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de



11  
029

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Pernambuco, à unanimidade, em conhecer o recurso adotado e interposto, para negar provimento ao agravo regimental, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 04 de 07 de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



12  
030

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Regimental nº 0196534-4/01**

**Agravante:** Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco.

**Agravado:** João Paiva de Souza

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Agravo Regimental, com pedido de reconsideração de decisão de minha relatoria, proferida nos autos do Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, postulando a reforma da medida liminar concedida pelo Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que acolhendo os argumentos esposados na exordial, antecipou a tutela requerida nos autos da Ação Ordinária de Anulação de Ato Administrativo nº 001.2009.125793-0, exarada ao veículo de propriedade do agravado.

Nos autos da ação ordinária epígrafada, requereu o agravado a nulidade da autuação, multa de trânsito que lhe foi aplicada, bem como que seja providenciado o cancelamento da "computação", ou subtração de 05 (cinco) pontos já feita na carteira Nacional de Habilitação (CNH), alegando que apesar de ser o proprietário do veículo não era ele que estava o guiando, mais sim sua esposa, a senhora Maria Luciana de Lima.

Irresignado, propôs a Autarquia recorrente o presente recurso, aduzindo em síntese a ausência dos pressupostos autorizadores do deferimento do pedido antecipatório de mérito, notadamente, a inexistência de prova inequívoca e verossimilhança do alegado, aduzindo ainda que não prospera a fundamentação do agravado, que apresentou documento no qual sua esposa ratifica ser ela a condutora do veículo no momento da autuação.

Feito este relato, coloco o presente recurso doméstico em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife, 04 de 02 de 2010.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator**



13  
031

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Regimental nº 0196534-4/01**

**Agravante:** Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco.

**Agravado:** João Paiva de Souza

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

É cediço que a nova sistemática processual impõe a obrigatoriedade da presença concomitante e convergente dos pressupostos indispensáveis à atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento, quais sejam a relevância da fundamentação do pleito e a possibilidade de que, da decisão agravada, venha a resultar lesão grave e de difícil reparação ao direito do agravante.

Há o *periculum in mora* inverso, em favor do agravado, consubstanciado no fato da constituição de multas ou outras medidas administrativas, haja vista a identificação do real condutor do veículo, bem como, a penalidade que foi aplicada, retira do agravado o direito de dirigir, o que esta prestes a acontecer, de modo que a sentença que venha a acolher o seu pedido poderá ser inócua, se não for suspensão de imediato.

Visto posto, neste juízo perfunctório não vislumbrando a presença do *periculum in mora* em prol da Autarquia agravante, como, potencial ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação para a Administração Pública, como também, não encontro presente a prova inequívoca ao seu favor no pleito o requisito indispensável a provimentos liminar ou antecipatórios da espécie.

Posto isto, indefiro o pedido de efeito suspensivo requerido.

Apesar do agravante trazer à lume a inexistência do direito pretendido pelo agravado, aduzindo que, manter a decisão recorrida significa submeter o interesse público ao interesse individual do recorrido, contrariando os princípios da supremacia do interesse público sobre o particular, não vislumbro os requisitos ensejados para o deferimento da liminar perseguida, haja vista que, o agravante poderá



14  
032

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

na resolução da ação ordinária tomar as medidas que se façam necessárias contra o agravado.

Assim, concordo do entendimento do juízo monocrático que ao proferir decisão alicerçado no art. 273 do CPC, que introduziu em nosso direito processual positivo instituto de provimento de urgência, denominado antecipação da tutela jurisdicional, que o Juiz poderá a requerimento da parte antecipar os efeitos da tutela, desde que à demonstração de prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alagação e que haja fundado receio de dano de natureza irreparável ou de difícil reparação, portanto afigurasse favorável ao agravado a veracidade dos fatos alegados, quando se verifica o auto de infração, com data, hora, localidade, placa do veículo, e o próprio reconhecimento do agravado que em nenhum momento refutou não ser o proprietário do veículo em questão, e que no momento da autuação, o condutor do veículo motocicleta era sua esposa.

Pois bem, reconhece-se perfeitamente aceitável que a Administração, com base no princípio da legalidade, normatize os vários âmbitos das relações humanas, dentro dos parâmetros da razoabilidade e da eficiência, não constituindo tais atos em abuso de autoridade, pois visam o bem da coletividade.

Se o ponto nodal que se discute e a verossimilhança das argumentações postas, não resta dúvida que as alegações colhidas confirmam que o veículo de propriedade do agravado não respeitou norma estabelecida, consistindo na indubitável certeza que, houve o ato infracional, mas tal ato se deu sem a sua direta responsabilidade.

Não se pode desconhecer, também que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, o que implica a sua manutenção até prova em contrário.

Assim, em face de todo o exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso de agravo regimental, mantendo a decisão vergastada em todos os seus termos.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**  
É como voto.

Recife, 04 de 02 de 2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**